

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E SUA CULMINÂNCIA NO GOVERNO LULA (2002-2010)

Bruno Thiago Tomé¹, Maria Adriana Santos Carvalho²

¹ Mestrando em Ensino de História – UFT. Bolsista do CNPQ. e-mail: <brunothiagotome@gmail.com>

² Mestre em Ecologia e Evolução - UFG. e-mail: <mariadriana.sc@gmail.com >

Resumo: Nesse trabalho faremos uma discussão sobre o desenvolvimento histórico da educação indígena a partir do surgimento da república, o que nos serviu de base para essa discussão é a historiografia já consolidada desse período (revisão bibliográfica) até sua culminância no governo Lula (2002-2010). Os conceitos usados na confecção do trabalho são o da diversidade e interculturalidade. Dentre as considerações que podemos fazer em relação aos resultados da pesquisa destacamos: a formação de professores indígenas em cursos superiores, apoio e construção de escolas, produção de material didático específico, promoção do controle social indígena e a criação da comissão nacional de educação escolar indígena. É importante apontar os avanços da educação indígena bilíngue e intercultural no contexto da diversidade sem perder de vista as limitações do todo o processo que esbarra nas transições governamentais, burocracia e refluxo dos movimentos sociais organizados.

Palavras-chave: educação indígena, interculturalidade, diversidade, decolonialidade

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os povos indígenas foram alvo de diferentes políticas educacionais por parte do Estado brasileiro, porém grande parte dessas ações se desenvolveu de forma desarticulada, pois muitas delas não contemplavam os interesses desses povos como portadores de culturas diferenciadas.

No começo do século XX (1910) foi criado o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, que tinha como missão a implementação de uma proposta civilizatória, mediando o diálogo entre os indígenas e as frentes de expansão capitalista no Brasil, crendo firmemente que, aos poucos, os indígenas fossem assimilados pela cultura dominante, entretanto muitos povos não sucumbiram ao mundo “civilizado”.

As iniciativas do SPI envolviam a intervenção na vida indígena através de um ensino formal, da alfabetização de crianças e adultos visando consolidar a sua integração.

Tal serviço, durante o governo Vargas, passou por inúmeras reformas que deram a ele um caráter integracionista mais acentuado com as populações indígenas, porque na visão de Vargas essas políticas deveriam promover a “evolução” do “selvagem” para patamares mais “elevados” como cidadão brasileiro (GARFIELD, 2000, p. 15).

Essa perspectiva nos mostra a transitoriedade do ser índio diante da sociedade nacional. A partir dessas interferências, pensava-se que o índio pouco a pouco passasse de “arredio e hostil” para “dócil” e integrado à sociedade e ao trabalho nos moldes rurais, então nesse momento receberia uma porção de terra para viver.

Durante a década de 1960, o SPI sofria com a falta de recursos financeiros e de mão de obra especializada, já que os seus funcionários eram desde militares a trabalhadores rurais, sem qualquer preparação. Somando-se doenças e escravização indígena, tudo isso levou ao fim do SPI.

Nesse período, temos o início da ditadura militar que, em substituição ao SPI, cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a qual terá como uma de suas principais missões, a partir da década de 1970, articular uma proposta de educação bilíngue e respeitar o patrimônio cultural das comunidades indígenas. O fato é que a proposta da FUNAI permaneceu ligada ao projeto integracionista, como prevê o estatuto do índio promulgado em 1973 (BRASIL, 1973).

A FUNAI permaneceu durante todo o período militar (1964-1986) com uma prática clara de intervenção nas áreas indígenas, seja por meio de convênios com instituições de ensino ou por meio das escolas criadas nas áreas indígenas. A engrenagem civilizatória operava com força total e, perante o contexto, a sociedade civil, por meio de grupos organizados, tais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) começava a questionar o tipo de educação dada aos índios e reivindicava uma educação voltada para sua realidade e que respeitasse sua cultura.

Com a Constituição de 1988, o entendimento sobre a educação indígena passa por mudanças significativas. A partir de então, abre-se espaço para uma verdadeira discussão sobre educação indígena, quando finalmente a diversidade etnolinguística brasileira foi reconhecida, uma proposta intercultural foi formulada e a educação indígena foi regulamentada e colocada sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O objetivo deste trabalho é mapear as ações educativas em nível institucional, especificamente no Governo Lula (2002 a 2010), buscando entender em que isso contribuiu para uma construção educacional intercultural. Para isso temos como questão norteadora: Quais são as principais

ações desenvolvidas no governo Lula que contribuíram para a estruturação de uma educação diversa e intercultural?

2 METODOLOGIA

Foi feita a aplicação de uma metodologia que apoia a seleção e a priorização de um conjunto de dados bibliográficos que represente o estado da arte do assunto pesquisado. O processo envolveu a formação de uma base de dados preliminar bruta, seguida da aplicação de uma série de etapas de filtro para a formação de uma base de dados convergente com os objetivos da pesquisa e terminou com a priorização desses dados através de um método de apoio à decisão (MAD). Foram desenvolvidas buscas e análise de documentos oficiais, relatórios e pareceres do MEC, leis e artigos nas bases de dados SCIELO e Google acadêmico.

O método adotado para exemplificar a aplicação da metodologia foi a Composição Probabilística de Preferências (CPP). A metodologia foi aplicada com sucesso à seleção de artigos em diferentes contextos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Educação escolar e os povos indígenas

Para entender melhor as transformações e continuidades implementadas pelo governo Lula entre 2003 e 2010, é importante discutir as principais características da educação ofertadas no decorrer do século XX, período no qual a educação escolar indígena esteve sob a responsabilidade do SPI (1910-1967) e da FUNAI (1967-1991).

3.2. O reconhecimento da diversidade e da interculturalidade.

O Brasil é um país diverso, isso é demonstrado na formação do povo brasileiro. Não se pode falar em Brasil sem reconhecer as influências que vários povos tiveram na formação da nação. Essa diversidade foi negligenciada por séculos, causando a subalternização de vários grupos nativos. Por meio de suas lutas históricas as reivindicações desses grupos tiveram reconhecimento assegurado, isso permitiu o reordenamento das políticas públicas e o direito à diversidade e à interculturalidade como elemento fundamental para a educação escolar indígena.

Teóricos como Mignolo (2002) e Wash (1998) discutem a interculturalidade de forma mais complexa e a entendem não como uma simples inter-relação entre culturas diferentes, e sim, como

um processo de reconhecimento do “outro” como portador de conhecimentos, de “outras” práticas políticas, de outras formas de organização social e de “outros” pensamentos em oposição à modernidade/colonialidade. Esses autores focam seus trabalhos na ideia da “descolonização do saber”, isto é, para eles, um povo não consegue sua autonomia apenas por meio do ato político de separação do Estado colonizador, pois é fundamental a elaboração de projetos político, sociais e epistêmicos capazes de subverter as formas de pensar e agir que esse Estado e a sociedade ocidental (envolvente) impõem.

3.3. Direitos Indígenas na Constituição de 1988 e sua influência nas políticas de educação.

Existiu um grande avanço no entendimento sobre educação indígena a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), assegurando direitos a uma educação diferenciada.

4. As políticas de educação escolar indígena durante o governo Lula.

As políticas educacionais direcionadas aos indígenas, que foram criadas no governo Lula, estavam a cargo da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), que no início do governo tinha uma equipe formada por um técnico e duas consultoras. Logo após foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com três antropólogos que comporiam essa coordenação, entretanto, essa composição era flutuante porque não era composta por profissionais efetivos do MEC. (PALADINO; ALMEIDA, 2011, p. 69).

O orçamento destinado à educação escolar indígena foi crescendo entre os anos de 2002 a 2008 e no plano plurianual de 2002 destinava para 2003 recursos para educação escolar indígena no valor de R\$ 400 mil, sendo R\$ 200 mil para formação de professores e R\$ 200 mil para produção de material didático, recursos esses que foram encaminhados para as secretarias de estado de educação - SEDUCs.

Com os recursos de projetos encaminhados para a formação continuada de professores, conseguiu-se aumentar o orçamento inicialmente previsto. A formação também contou com fundo do Programa Diversidade na Universidade e, em 2004, esse orçamento já chegava em R\$ 3,6 milhões, demonstrando um considerável aumento do orçamento do Ministério da Educação para o atendimento à educação escolar indígena. Em grande parte, esse orçamento destinou-se para a construção de escolas, apoio à formação de professores em nível médio e superior, e apoio à criação de material didático.

É importante notar que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), também abrangem a educação indígena. O FUNDEB para a educação indígena é acrescido em 20% em relação aos alunos de escola urbana. Durante muito tempo, a grande justificativa dos gestores estaduais e municipais para não atender as demandas indígenas era a falta de recursos.

Alguns programas com recursos específicos para os povos indígenas foram criados a partir da luta e reivindicações, como formação de professores e produção de materiais didáticos em línguas indígenas. De acordo com dados do Ministério da Educação, na esfera do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR indígena), em 2007 o MEC investiu R\$ 116 milhões na educação indígena para execução nos estados (BRASIL, 2009).

O que as pesquisas nos mostram é que parte desse montante não foi usado, mostrando que o problema da educação indígena está relacionado nem tanto ao orçamento, mas principalmente aos entraves político-administrativos ligados aos poderes municipais e estaduais. Vejamos alguns desses investimentos que a educação escolar indígena obteve.

4.1 Formação de professores indígenas em nível médio

Essa ação permite a formação de professores indígenas que prezem e respeitem suas realidades e projetos das suas comunidades, garantindo os marcos legais da educação escolar indígena.

4.2. Apoio à construção de escolas indígenas

A SECAD propôs, dentre outros objetivos: reduzir a precariedade das escolas, o déficit dos prédios escolares, estruturar as escolas, partindo das concepções arquitetônicas de cada tribo, flexibilizar os prédios para atender as especificidades das culturas, usando material ecológico encontrado na região e assessorar tecnicamente as secretarias de educação.

4.3. Produção de material didático específico

O material didático específico é importante porque promove a afirmação das identidades étnicas e a recuperação da memória histórica, conjuntamente a valorização das línguas e dos conhecimentos dos povos indígenas.

4.4. A formação dos professores indígenas em cursos superiores.

O objetivo da formação dos professores indígenas em cursos superiores é importante para a qualidade da educação oferecida nas escolas indígenas, principalmente o ensino médio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos destacar a importância das políticas educacionais para os povos indígenas, por meio das ações em busca da valorização e reconhecimento da sociodiversidade. Foram reflexões feitas a partir de um momento histórico (2002 a 2010), tentando analisar um ciclo de criação de políticas públicas, de desenvolvimento delas, e também de reivindicações e lutas de movimentos sociais, bem como sua recepção e repercussão junto ao governo federal, culminando com a implementação destas políticas na educação indígena. O que cabe a nós é atenção na condução das políticas escolares indígenas, por parte da SECAD, ao longo dos anos, haja vista que a secretária é recente do ponto de vista histórico.

É importante ressaltar o avanço que a educação indígena obteve neste período, em comparação com a primeira metade do século XX, as demandas por uma educação bilíngue e intercultural foram desenvolvidas, postas em prática, e isso proporcionou uma educação pensada no contexto da diversidade, entretanto, não podemos perder de vista o passado, no qual a educação era vista como “inclusiva” e não “diferenciada”. Foi decisivo nisso o fim dos convênios entre o estado brasileiro e os institutos estrangeiros de educação, como o caso do SIL, que tentou cristianizar os indígenas, através da tradução da bíblia, uso das gramáticas e outros ardis.

Não podemos deixar de destacar o papel dos militares na ação deliberada contra os índios no Brasil, política esta que deixou clara a intenção de inserir de modo violento os índios na sociedade nacional, contudo a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988 foram marcos decisivos na para esses povos, quando a carta magna reconheceu o direito indígena sobre as terras, sua diversidade etnolinguística, seu patrimônio histórico, e o direito a uma educação diferenciada.

É preciso questionar o alcance das políticas públicas, por que algumas delas fazem parte apenas dos discursos oficiais, e não de uma implementação ativa e forte.

Apesar do avanço dos marcos legais, é preciso ainda o aumento da participação indígena nas políticas públicas, ampliação de programas de formação de professores, conjuntamente com uma política de permanência desses indivíduos na Universidade.

Muitos ainda são os desafios ligados à educação indígena. A discussão desse tema pode contribuir para avanços que se fazem ainda relevantes.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, princípios e programas, Brasília: MEC, 2009.

GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: Os índios e o estado na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.20, n. 39, p.15-42, 2000.

MIGNOLO, W.D. “Colonialidad del poder y diferencia colonial”. **Anuário Mariateguiano**, v. 9, n. 10, 1999.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. Entre a Diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro. LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

WALSH, C. “(De)construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la política, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador”. In: FULLER, N. (ed.). **Interculturalidad y política. Desafíos y posibilidades**. Lima: **Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales**, 2002, p. 115–142.